

HIDROPAR - HIDROENERGIA PARTICIPACOES S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024

HIDROPAR - HIDROENERGIA PARTICIPACOES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixas e equivalentes de caixa	5	201	184	5.118	12.827	Fornecedores	13	10	-	1.601	1.661
Aplicações financeiras	6	-	-	36.926	32.822	Debêntures	14	-	-	19.042	17.054
Contas a receber de clientes	7	-	-	6.922	7.832	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	149	143
Impostos a recuperar	8	49	45	519	449	Impostos, contribuições e taxas a recolher		1	-	663	947
Despesas antecipadas		-	-	727	685	Dividendos a pagar	17	161	1.709	1.064	2.594
Dividendos a receber	10	-	1.682	-	-	Provisões para compromissos futuros	15	-	-	843	986
Outros ativos circulantes		-	-	245	932	Encargos setoriais		-	-	573	502
Total dos ativos circulantes		<u>250</u>	<u>1.911</u>	<u>50.457</u>	<u>55.547</u>	Outros passivos		-	-	174	156
						Total dos passivos circulantes		<u>172</u>	<u>1.709</u>	<u>24.109</u>	<u>24.043</u>
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Depósito em garantia	9	-	-	13.848	12.980	Fornecedores	13	-	-	50	-
Depósito judicial		-	-	18	18	Debêntures	14	-	-	217.537	219.622
Investimentos	10	11.750	21.391	-	-	Encargos setoriais		-	-	-	383
Imobilizado	11	-	-	187.496	192.118	Obrigações vinculadas a concessão		-	-	380	-
Intangível	12	-	-	1.681	2.179	Outras contas a pagar		-	20	-	20
Devedores por venda Investimento		-	-	3.541	6.254	Total dos passivos não circulantes		-	20	217.967	220.025
Total dos ativos não circulantes		<u>11.750</u>	<u>21.391</u>	<u>206.584</u>	<u>213.549</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	17	8.086	16.086	8.086	16.086
						Reserva de lucros		729	360	729	360
						Dividendos adicionais propostos		3.013	5.127	3.013	5.127
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		11.828	21.573	11.828	21.573
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	3.137	3.455
						Total do patrimônio líquido		<u>11.828</u>	<u>21.573</u>	<u>14.965</u>	<u>25.028</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>12.000</u>	<u>23.302</u>	<u>257.041</u>	<u>269.096</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
								<u>12.000</u>	<u>23.302</u>	<u>257.041</u>	<u>269.096</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

HIDROPAR - HIDROENERGIA PARTICIPACOES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	18	-	-	54.364	51.963
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização		-	-	(6.469)	(6.270)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)		-	-	(4.745)	(4.524)
Custos com manutenção		-	-	(1.404)	(582)
Custos com pessoal		-	-	(1.222)	(1.342)
Encargo de uso dos sistemas de distribuição (EUSD)		-	-	(1.136)	(1.157)
Custos com seguros		-	-	(908)	(871)
Custos com Energia Comprada Para Revenda		-	-	(612)	(77)
Custos com operação		-	-	(298)	(296)
Custos com meio ambiente		-	-	(130)	(85)
Outros custos		-	-	(21)	(44)
Taxas setoriais		-	-	(20)	(17)
	19	-	-	(16.965)	(15.265)
LUCRO BRUTO				37.399	36.698
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com pessoal e administradores		-	-	(1.844)	(1.610)
Despesas com depreciação e amortização		-	-	(301)	(301)
Despesas administrativas e gerais		(35)	(40)	(900)	(636)
Tributárias		(8)	(16)	(42)	(88)
Outras receitas operacionais		-	-	552	-
Outras despesas operacionais		-	-	(2)	(6)
Total	19	(43)	(56)	(2.537)	(2.641)
Equivalência patrimonial	10	7.427	7.081	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		7.384	7.025	34.862	34.057
RESULTADO FINANCEIRO:					
Receitas financeiras	20	5	207	5.589	6.218
Despesas financeiras		(1)	(1)	(25.098)	(24.630)
Total		4	206	(19.509)	(18.412)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		7.388	7.231	15.353	15.645
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21	-	(35)	(3.569)	(3.737)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7.388	7.196	11.784	11.908
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES				7.388	7.196
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				4.396	4.712
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	22	0,1101	0,1072		
Quantidade média ponderada de ações		67.126.517	67.126.517		

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

HIDROPAR - HIDROENERGIA PARTICIPACOES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.388	7.196	11.784	11.908
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>7.388</u>	<u>7.196</u>	<u>11.784</u>	<u>11.908</u>

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

HIDROPAR - HIDROENERGIA PARTICIPACOES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto os dividendos por ação)

	Nota explicativa	Reserva de lucros			Lucro/Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido da Controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Capital	Reserva Legal	Dividendos adicionais propostos				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		51.176	-	-	(28.589)	22.587	3.799	26.386
Redução de capital		(6.501)	-	-	-	(6.501)	-	(6.501)
Compensação dos prejuízos acumulados		(28.589)	-	-	28.589	-	(2.385)	(2.385)
Dividendos adicionais distribuídos referentes a 2022		-	-	-	-	-	(97)	(97)
Lucro líquido do período		-	-	-	7.196	7.196	4.712	11.908
Dividendos declarados imputado aos preferencialistas		-	-	-	-	-	(1.802)	(1.802)
Destinações:	17							
Reserva legal		-	360	-	(360)	-	-	-
Dividendos declarado imputado ao mínimo obrigatório		-	-	-	(1.709)	(1.709)	(630)	(2.339)
Dividendos declarados adicional		-	-	-	-	-	(142)	(142)
Dividendos adicionais propostos		-	-	5.127	(5.127)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		16.086	360	5.127	-	21.573	3.455	25.028
Redução de capital	17	(8.000)	-	-	-	(8.000)	-	(8.000)
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2023		-	-	(5.127)	-	(5.127)	(1.747)	(6.874)
Lucro líquido do período		-	-	-	7.388	7.388	4.396	11.784
Dividendos declarados imputado aos preferencialistas		-	-	-	-	-	(1.816)	(1.816)
Destinações:	17							
Reserva legal		-	369	-	(369)	-	-	-
Dividendos declarado imputado ao mínimo obrigatório		-	-	-	(1.754)	(1.754)	(649)	(2.403)
Dividendos declarados adicional		-	-	-	(2.252)	(2.252)	(502)	(2.754)
Dividendos adicionais propostos		-	-	3.013	(3.013)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		8.086	729	3.013	-	11.828	3.137	14.965

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

HIDROPAR - HIDROENERGIA PARTICIPACOES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		7.388	7.231	15.353	15.645
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado com baixa de ativo imobilizado		-	-	487	398
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	20	-	-	(3)	(3)
Rendimentos de aplicações financeiras	20	-	-	(4.765)	(5.664)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	20	-	-	290	268
Atualização financeira sobre P&D		-	-	(42)	22
Depreciação e amortização	11 e 12	-	-	6.770	6.571
Encargos financeiros sobre debêntures	14 e 20	-	-	23.910	23.434
Apropriação do custo de transação de debêntures	14 e 20	-	-	641	641
Resultado de equivalência patrimonial	10	(7.427)	(7.081)	-	-
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	910	(876)
Impostos a Recuperar	8	(4)	(35)	(1.308)	958
Despesas antecipadas		-	-	(42)	(27)
Depósitos judiciais		-	-	3	-
Outros ativos		-	-	688	(748)
Fornecedores	10	10	-	35	(147)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	6	(75)
Impostos a recolher		1	(10)	286	(1.738)
Provisão de férias e 13º salário		-	-	19	44
Pagamento compromissos futuros		-	-	(675)	(1.085)
Outras contas a pagar		(20)	-	(356)	207
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(52)	105	42.207	37.825
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Juros pagos sobre debêntures	14	-	-	(12.422)	(12.618)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício		-	(34)	(2.898)	(2.838)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		(52)	71	26.887	22.369
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado		-	-	(1.498)	(4.512)
Redução de Capital	17	8.000	-	-	-
Recebimento contrato de acionistas		-	-	2.712	-
Dividendos recebidos	10	10.750	-	-	-
Caixa gerado pelas atividades de investimento		18.750	-	1.214	(4.512)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Aplicações financeiras		-	-	(207)	7.997
Redução de Capital	17	(8.000)	(6.500)	(8.000)	(8.908)
Dividendos pagos	17	(10.681)	-	(15.377)	(3.353)
Pagamento de principal de debêntures		-	-	(12.226)	(12.111)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(18.681)	(6.500)	(35.810)	(16.375)
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		17	(6.429)	(7.709)	1.482
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	184	6.613	12.827	11.345
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		201	184	5.118	12.827
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		17	(6.429)	(7.709)	1.482

(As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.)

HIDROPAR HIDROENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Da Companhia

A Hidropar Hidroenergia Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Salvador, Estado da Bahia, foi constituída em 29 de novembro 2016, e tem por objeto social, direta ou indiretamente, a geração, a comercialização e a distribuição de energia elétrica, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção, administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em centrais hidrelétricas.

O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado.

A Companhia detém o controle direto da Tibagi Participações e Investimentos S.A. (“Tibagi Participações”) e, indireto, da Tibagi Energia SPE S.A. (“Tibagi Energia”).

Dados da Controlada

A atuação da Companhia está concentrada na gestão dos seus investimentos no capital social da sua subsidiária integral, a Tibagi Participações, constituída em 23 de março de 2017 sob a forma de sociedade empresária limitada e transformada em sociedade anônima em 23 de março de 2017, tendo por objeto a participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração e comercialização de energia hidrelétrica, o desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, e a geração, a comercialização e a distribuição de energia elétrica.

	Participação no Capital Social %	
	31/12/2024	31/12/2023
Tibagi Participações e Investimentos S.A.	100,00%	100,00%

A Tibagi Participações, por sua vez, é detentora de participação equivalente a 68,94% (Em 2022 68,94%) do capital social da Tibagi Energia, sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de julho de 2015, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, que tem por objeto social o desenvolvimento, a construção, a operação, a manutenção, de uma Central Hidrelétrica no Rio Tibagi, Bacia Paraná, Município de Tibagi, no Estado do Paraná, bem como a geração e comercialização de energia elétrica nela gerada.

A Tibagi Energia é titular da autorização para exploração do potencial hidrelétrico da (“UHE Tibagi Montante”), com potência instalada de 36MW, pelo prazo de 35 anos, com vencimento em 21 de outubro 2050, conforme os termos da Portaria MME nº 486, de 20 de outubro de 2015.

As obras de implantação da UHE Tibagi Montante foram iniciadas em dezembro de 2017 e concluídas em dezembro de 2019, quando foi obtida a liberação para o início da operação comercial da última unidade geradora, conforme o Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) nº 3.401/2019.

Em 30 de abril de 2015, a Tibagi Energia participou do 21º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (“Leilão A-5/2015”) promovido pela ANEEL, comercializando pelo prazo de 30 anos o montante correspondente a 19,00 MW médios, com fornecimento iniciado em janeiro de 2020.

No total, 26 distribuidoras compraram energia da Tibagi Energia no Leilão A-5/2015, em montantes variados e preço de venda de R\$ 209,50/MWh, com data-base maio de 2015. Esse valor é atualizado a cada 12 meses, sempre no mês de janeiro, com base na variação do IPCA. O preço vigente no exercício de 2024 é de R\$ 334,26/MWh, aplicado a todos os contratos.

Em 18 de outubro de 2019, a Tibagi Energia participou do 30º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (“Leilão A-6/2019”) promovido pela ANEEL, comercializando pelo prazo de 30 anos o montante correspondente a 1,20 MW médios, com início de fornecimento a partir de janeiro de 2025.

No total, 9 distribuidoras adquiriram energia da Tibagi Energia no Leilão A-6/2019, com montantes variados, ao preço de venda de R\$ 157,08/MWh, com data-base em outubro de 2019. Esse valor será atualizado a cada 12 meses, sempre no mês de janeiro, pela variação do IPCA, desde a data de sua assinatura. Em janeiro de 2024 o preço correspondia a R\$ 204,17/MWh.

A Tibagi Energia optou por integrar o Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), tendo suas exposições ao mecanismo contabilizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e valoradas pela Tarifa de Energia de Otimização (TEO).

A Tibagi Energia repactuou o risco hidrológico na modalidade SP100 (i) para o volume de 19MW médios, a partir de janeiro/2020, anuído pela ANEEL nos termos do Despacho nº 3256/2019, ao preço de R\$ 21,41/MWh, referenciado ao mês de janeiro de 2019 e (ii) 1,2MW médios, a partir de janeiro/2025, anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 3443/2024, ao preço de R\$ 34,42/MWh, referenciado à data-base de janeiro de 2024, em ambos os casos anualmente atualizado pela variação do IPCA (“Prêmio de Repactuação do Risco Hidrológico”). Para o ano de 2024, o valor vigente foi de R\$28,43/MWh.

2 IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, foram adotadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

Norma	Descrição das alterações
CPC 26: Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.

Norma	Descrição das alterações
Alterações ao CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores	As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo ‘acordos de financiamento de fornecedores’ não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações.
CPC 6 (R2): Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retroarrendamento ('Sale and Leaseback') de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não aplicáveis.

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 02 CPC 26	Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Bases de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, estando classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, segue adotando a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.2 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

4.2.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e suas controladas tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia e suas controladas deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

4.2.2 Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

4.2.2.1 Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.2.3 Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

4.3 Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

4.4 Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da UHE Tibagi Montante, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam da vida útil destes ativos.

Para os móveis e utensílios, computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produção independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada ao final desta vigência pelo prazo de trinta anos adicionais, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Caso contrário, nos termos do art. 10 da Resolução Normativa ANEEL nº 921/2021, ao final do prazo da autorização, os bens e instalações passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.

A Companhia, mediante seus órgãos técnicos, avaliou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizada pela Tibagi Energia da Companhia, com base no Manual de Contabilidade do

Setor Elétrico - MCPSE, e concluiu que a vida útil dos ativos da Tibagi Energia está em linha com as taxas de depreciação previstas no MCPSE e, por isso, é razoável utilizá-las.

O entendimento da Administração é que com respaldo nas autorizações outorgadas pela ANEEL, bem como no previsto na Lei 13.360/2016, no Decreto 9158/2017, Nota Técnica 062/2018- SRG-SCG/ANEEL e na Resolução Normativa ANEEL nº 859/2019, resta claro que está facultada às empresas, a prorrogação do prazo de suas outorgas por período adicional de 30 (trinta) anos, uma única vez, mediante o pagamento pelo Uso do Bem Público (UBP) e recolhimento da Compensação Financeira Pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH).

Em contraponto, ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Tibagi Energia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Portanto, no caso do empreendimento da Tibagi Energia da Companhia, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que a UHE Tibagi Montante possui vida útil superior ao prazo da outorga vigente, que, por sua vez, será renovada por período de 30 anos, mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

4.5 Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 11, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

4.6 Valor recuperável de ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor

presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subseqüentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7 Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável (vide nota explicativa nº 15).

4.8 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.9 Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber.

A receita é reconhecida quando a energia é gerada e os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e é provável que benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Tibagi Energia da Companhia.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

4.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre debêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia e da Tibagi Participações, são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para a Tibagi Energia o imposto de renda e contribuição social foram calculados com base no lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

4.12 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos preferenciais, destinados aos acionistas preferenciais da Tibagi Energia Tibagi Energia, e de dividendos mínimos obrigatórios, destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias, é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao término do exercício social, conforme disposto no estatuto social da Companhia. Os valores que excederem o mínimo obrigatório são provisionados somente na data de sua aprovação, de acordo com o estatuto social, permanecendo alocados em reserva específica no patrimônio líquido até que sua distribuição seja efetivamente aprovada.

4.13 Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

Tem poder sobre a investida.

Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.

Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se detém ou não o controle de uma investida se os fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações enquadradas em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados acima.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a investida e termina quando a Companhia perde o controle sobre a investida. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a investida.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas controladas pela Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

4.14 Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

4.15 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	1	1	42	23
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	200	183	5.076	12.804
	<u>201</u>	<u>184</u>	<u>5.118</u>	<u>12.827</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB junto ao Banco Itaú Unibanco e Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado entre 97,0% e 101,50 % (97,0% a 101,50 % em 31 de dezembro de 2023) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Do valor total registrado sob a rubrica de “Aplicações Financeiras”, o montante de R\$ 794 (R\$ 937 em 31 dezembro de 2023) é proveniente da Conta O&M – Livre Movimento, conta corrente de livre movimento de titularidade da Tibagi Energia mantida junto ao Santander e atrelada à primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição realizada pela Tibagi Energia (“Emissão de Debêntures” e “Debêntures”, respectivamente), na qual deverão ser mantidos depositados, ao final de cada trimestre civil, recursos equivalentes a, no mínimo, 3 (três) vezes o gasto médio mensal efetivamente desembolsado nos últimos 3 (três) exercícios sociais mais recentes, atualizados monetariamente pela variação acumulada do IPCA, para fazer frente às atividades de operação e manutenção da UHE Tibagi Montante.

Sendo assim, tendo como base o disposto no contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), a Tibagi Energia poderá dispor livremente dos valores disponíveis na Conta O&M – Livre Movimento, desde que a conta esteja devidamente preenchida nas datas trimestrais de sua verificação pelo Agente Fiduciário.

6 APLICAÇÕES FINANCEIRAS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações financeiras vinculadas (a)	14.563	12.420
Fundos de investimentos (b)	22.363	20.402
Total	36.926	32.822

(a) Aplicações financeiras vinculadas são aquelas relativas às contas vinculadas à Emissão de Debêntures, conforme apresentado no detalhamento abaixo. Para movimentar tais aplicações, a Tibagi Energia precisa da autorização do Agente Fiduciário. Esses investimentos consistem em aplicações em CDB, remunerados à taxa de mercado entre 95,0% e 99,0% do CDI (97,0% e 99,0% em 31 de dezembro de 2023).

31/12/2024

31/12/2023

Conta Centralizadora (i)	1.302	327
Conta Provisão (ii)	13.261	12.093
Total	<u>14.563</u>	<u>12.420</u>

Conta Centralizadora: Conta transitória, para a qual são direcionados todos os recebíveis da Tibagi Energia cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures, conforme previsto nos contratos relacionados à Emissão de Debêntures.

Conta Provisão: É composta pelos recursos provisionados para pagamento da próxima parcela da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado, dos juros remuneratórios e outros valores e encargos relacionados às Debêntures, conforme disposto na Escritura de Emissão das Debêntures e no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios. Para tanto, o Agente Fiduciário orienta o Banco Administrador a transferir, mensalmente, dos recursos depositados na Conta Centralizadora, o valor correspondente a, no máximo, 1/6 (um sexto) do Saldo Mínimo do Serviço da Dívida, que representa o somatório dos juros remuneratórios e da parcela da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures projetados para a próxima data de amortização das Debêntures (“Saldo Mínimo do Serviço da Dívida”).

(b) Os Fundos de investimentos referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa junto ao Banco Itaú e Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) e são remuneradas a taxas de mercado a 95,8% a 112,0% do CDI (40,0% a 105,0 % em 31 de dezembro de 2023). Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

7 CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cientes Energia Elétrica Faturada	1.848	3.045
Cientes Energia Elétrica a Faturar	5.074	4.787
Total	<u>6.922</u>	<u>7.832</u>

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas a receber por idade de vencimento		
A vencer	6.649	7.674
Vencidos:		
Até 30 dias (a)	<u>273</u>	<u>158</u>
Total	<u>6.922</u>	<u>7.832</u>

A sua controlada Tibagi Energia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base (i) nas características dos CCEARs, regulados e fiscalizados pela ANEEL e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), bem como (ii) na sistemática das vendas de energia no Ambiente Livre, que estabelece o recebimento anterior ao registro da energia em favor do comprador, e (iii) na sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber.

8 IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda a compensar	46	42	486	444
Contribuição social a compensar	3	3	33	5
	<u>49</u>	<u>45</u>	<u>519</u>	<u>449</u>

9 DEPÓSITO EM GARANTIA (CONSOLIDADO)

A Conta Reserva é composta pelo somatório do Saldo Mínimo do Serviço da Dívida e do Depósito Complementar ICSD (caso necessário, a Tibagi Energia poderá depositar na Conta Reserva o montante complementar necessário para atingir o ICSD de 1,20x, que será retido na conta, seguindo as diretrizes dispostas na escritura da Emissão de Debêntures e no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios) (“Saldo Mínimo da Conta Reserva”).

	31/12/2024	31/12/2023
Conta Reserva	13.848	12.980
	13.848	12.980

O saldo da Conta Reserva é aplicado em fundos abertos de renda fixa junto ao Banco Santander e são remuneradas a taxas de mercado a 95,0% a 99,0% do CDI (97,0% a 99,0% em 31 de dezembro de 2023). Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

10 INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

Movimentação dos saldos

	31/12/2024	31/12/2023
No início do período	21.391	15.992
Redução de capital	(8.000)	-
Dividendos propostos	(9.068)	(1.682)
Equivalência patrimonial	7.427	7.081
No fim do período	11.750	21.391

(a) Informações da controlada

Os principais saldos patrimoniais da controlada em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são apresentados como segue:

	31/12/2024				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Tibagi Particip. e Investimentos S.A.	50.208	206.584	23.938	217.967	14.887
Total	50.208	206.584	23.938	217.967	14.887

	31/12/2023				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Tibagi Particip. e Investimentos S.A.	55.318	213.549	24.016	220.005	24.846
Total	55.318	213.549	24.016	220.005	24.846

Os principais saldos de resultado da controlada em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são apresentados como segue:

	31/12/2024				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Tibagi Particip. e Investimentos S.A.	54.364	37.399	34.905	15.392	11.823
Total	54.364	37.399	34.905	15.392	11.823

	31/12/2023				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Tibagi Particip. e Investimentos S.A.	51.963	36.698	34.113	15.495	11.793
Total	51.963	36.698	34.113	15.495	11.793

(b) Dividendos a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2022	-
Dividendos adicionais aprovados	1.682
Dividendos recebidos	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.682
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.682
Dividendos adicionais aprovados	9.068
Dividendos recebidos	(10.750)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-

11 IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

Composição do imobilizado	Taxa média de depreciação % a.a.	Custo Histórico	Depreciação acumulada	31/12/2024	31/12/2023
Terrenos	1,64%	12.437	(1.045)	11.392	11.596
Turbina Hidráulica	2,50%	34.673	(4.136)	30.537	31.235
Geradores	3,33%	12.008	(2.013)	9.995	10.379
Comporta	3,33%	6.751	(1.181)	5.570	5.795
Estrutura de tensão	3,51%	540	(101)	439	458
Casa de força produção hidráulica	3,33%	23.453	(2.413)	21.040	21.511
Reservatório, barragem, adutora	2%	94.126	(9.751)	84.375	86.756
Outras máquinas e equipamentos	3,75%	18.101	(3.535)	14.566	15.220
Imobilizado em curso	-	1.966	-	1.966	1.335
Provisão para gastos socioambientais	-	159	-	159	75
Custos de empréstimos capitalizados	3,33%	9.042	(1.585)	7.457	7.758
		213.256	(25.760)	187.496	192.118

Custo:	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Terrenos	12.437	-	-	-	12.437
Turbina hidráulica	34.506	-	-	167	34.673
Gerador	11.993	-	-	15	12.008
Comporta	6.751	-	-	-	6.751
Estrutura de tensão	540	-	-	-	540
Casa de força produção hidráulica	23.453	-	-	-	23.453
Reservatório, barragem, adutora	94.613	65	-	(552)	94.126
Outras máquinas e equipamentos	18.056	-	(3)	48	18.101
Imobilizado em curso (*)	1.335	1.343	(485)	(227)	1.966

Custo:	<u>31/12/2023</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2024</u>
Custos de empréstimos capitalizados	9.042	-	-	-	9.042
Provisão para gastos socioambientais	76	-	(466)	549	159
	212.802	1.408	(954)	-	213.256
(-) Depreciação:					
Terrenos	(841)	(204)	-	-	(1.045)
Turbina hidráulica	(3.271)	(865)	-	-	(4.136)
Gerador	(1.614)	(399)	-	-	(2.013)
Comporta	(956)	(225)	-	-	(1.181)
Estrutura de tensão	(82)	(19)	-	-	(101)
Casa de força produção hidráulica	(1.943)	(470)	-	-	(2.413)
Reservatório, barragem, adutora	(7.857)	(1.894)	-	-	(9.751)
Outras máquinas e equipamentos	(2.836)	(700)	1	-	(3.535)
Custos de empréstimos capitalizados	(1.284)	(301)	-	-	(1.585)
	(20.684)	(5.077)	1	-	(25.760)
Imobilizado Líquido	192.118	(3.669)	(953)	-	187.496

(*) Foi aprovada pela ANEEL a Resolução Normativa nº 1.085 (“REN1085”), que altera a Resolução Normativa ANEEL nº 1.033 de 26.07.2022 (revogou a REN409), estabelecendo duas metodologias para apuração do desempenho das usinas hidrelétricas não despachadas centralizadamente, dentre elas uma pressupõe a instalação de Sistema de Medição de Indisponibilidade (“SMI”), já em curso na SPE.

Os ativos que compõe o SMI foram registrados ao longo do exercício de 2024 sob a rubrica “Imobilizações em curso” e serão transferidos para a rubrica definitiva assim que o sistema estiver em condição de funcionamento na forma pretendida pela administração.

Custo:	<u>31/12/2022</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/12/2023</u>
Terrenos	12.365	72	-	-	12.437
Turbina hidráulica	33.337	1.081	-	88	34.506
Gerador	11.993	-	-	-	11.993
Comporta	6.753	-	(2)	-	6.751
Estrutura de tensão	540	-	-	-	540
Casa de força produção hidráulica	23.324	129	-	-	23.453
Reservatório, barragem, adutora	93.642	642	(249)	578	94.613
Outras máquinas e equipamentos	17.984	84	(12)	-	18.056
Imobilizado em curso	1.448	110	(135)	(88)	1.335
Custos de empréstimos capitalizados	9.042	-	-	-	9.042
Provisão para gastos socioambientais	803	-	(149)	(578)	76
	211.231	2.118	(547)	-	212.802
(-) Depreciação:					
Terrenos (*)	-	(841)	-	-	(841)
Turbina hidráulica	(2.426)	(845)	-	-	(3.271)
Gerador	(1.215)	(399)	-	-	(1.614)
Comporta	(731)	(225)	-	-	(956)
Estrutura de tensão	(63)	(19)	-	-	(82)
Casa de força produção hidráulica	(1.475)	(468)	-	-	(1.943)
Reservatório, barragem, adutora	(5.977)	(1.880)	-	-	(7.857)
Outras máquinas e equipamentos	(2.139)	(697)	-	-	(2.836)
Custos de empréstimos capitalizados	(983)	(301)	-	-	(1.284)
Outros	-	-	-	-	-
	(15.009)	(5.675)	-	-	(20.684)
Imobilizado Líquido	196.222	(3.557)	(547)	-	192.118

(*) Terrenos da UHE Tibagi Montante são depreciados de acordo com o período de autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

12 INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

(a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Servidões	1,64%	456	492
Software	20%	137	18
Algoritmo Deep Learning	20%	380	-
Medidas compensatórias	10 a 25%	<u>708</u>	<u>1.669</u>
		1.681	2.179

(b) Movimentação do intangível

	<u>31/12/2023</u>	Adições	<u>31/12/2024</u>
Custo:			
Servidões	529	-	529
Software	75	108	183
Algoritmo Deep Learning	-	445	445
Medidas compensatórias	4.619	708	5.327
	5.223	1.260	6.484
(-) Amortização:			
Software	(57)	(16)	(73)
Servidões (*)	(37)	(9)	(46)
Algoritmo Deep Learning (**)	-	(65)	(65)
Medidas compensatórias	(2.950)	(1.669)	(4.619)
	<u>(3.044)</u>	<u>(1.758)</u>	<u>(4.803)</u>
Intangível líquido	2.179	(498)	1.681

	<u>31/12/2022</u>	Adições	<u>31/12/2023</u>
Custo:			
Servidões	529	-	529
Software	75	-	75
Medidas compensatórias	4.613	6	4.619
	5.217	6	5.223
(-) Amortização:			
Software	(42)	(15)	(57)
Servidões (*)	-	(37)	(37)
Medidas compensatórias	(2.106)	(844)	(2.950)
	<u>(2.148)</u>	<u>(896)</u>	<u>(3.044)</u>
Intangível líquido	3.069	(890)	2.179

(*) Os ativos intangíveis de servidão são amortizados dentro do período da autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

(**) Conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a amortização calculada sobre o valor do intangível adquirido com recurso de Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D") terá seu efeito anulado no resultado do exercício, sendo sua contrapartida registrada na rubrica "Obrigações vinculadas a concessão."

Valor recuperável dos ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas ou externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

13 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais e equipamentos	10	-	1.601	1.611
Retenções contratuais (a)	-	-	50	50
Total	10	-	1.651	1.661
Circulante	10	-	1.601	1.661
Não circulante	-	-	50	-

As retenções contratuais são valores retidos nas notas fiscais de prestação de serviços dos fornecedores contratados para executarem o serviço de implantação da UHE Tibagi Montante conforme contratos firmados entre as partes.

14 DEBÊNTURES (CONSOLIDADO)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de agosto de 2019, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de sua controlada Tibagi Energia, tendo sido emitidas 210.000 (duzentas e dez mil) debêntures, as quais foram negociadas ao valor nominal de R\$ 1 mil, cada.

As Debêntures serão pagas semestralmente, juros e principal, sempre nos meses de janeiro e julho de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de julho de 2020 e os últimos se darão em 15 de julho de 2035.

(a) Composição das Debêntures

	Quantidade	Valor Nominal	Último vencimento	Encargos	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures	210.000	1,1594	15/07/2035	IPCA + 5,3231%a.a.	243.465	244.203
(-) Custo com transação com debêntures					(6.886)	(7.527)
Total					236.579	236.676
Circulante					19.042	17.054
Não circulante					217.537	219.622

(b) Movimentação das Debêntures

Saldo em 31 de dezembro de 2022	237.330
Encargos financeiros sobre debêntures	23.434
Apropriação no custo de transação	641
Pagamento de juros	(12.618)
Pagamento de principal	(12.111)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	236.676
Encargos financeiros sobre debêntures	23.910
Apropriação no custo de transação	641
Pagamento de juros	(12.422)
Pagamento de principal	(12.226)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	236.579

(c) Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2026	14.565
2027	15.841
2028	17.495
2029	18.540
2030	19.933
2031-2035	<u>131.163</u>
Total	217.537

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

As Debêntures emitidas pela Tibagi Energia têm como garantias: (i) a alienação fiduciária, pelos acionistas da totalidade das ações representativas do capital social da Tibagi Energia, de todas as novas ações que venham a ser emitidas pela Emissora e subscritas ou adquiridas no futuro, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas, dos direitos, frutos e rendimentos decorrentes das ações alienadas fiduciariamente; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de sua titularidade (“Cessão Fiduciária”); e (iii) fianças bancárias emitidas por instituições financeiras em favor dos debenturistas (“Garantias da Operação”).

Em 23 de dezembro de 2020 a Tibagi Energia obteve a exoneração da fiança bancária, considerando o cumprimento do evento de “Conclusão do Projeto”.

Além das garantias cedidas, a Tibagi Energia está sujeita a cláusulas restritivas (“Covenants”), que incluem, dentre outras, restrições quanto à alteração do tipo societário, mudança do controle acionário, concessão de preferência a outros créditos em detrimento das debêntures, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x ou superior, que deverá ser apurado anualmente, com período de referência de 12 meses coincidente com o ano civil. O não cumprimento dos Covenants e demais disposições contratuais pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida.

Em 31 de dezembro de 2024 a Tibagi Energia apurou ICSD de 1,73x (1,64x em 31 de dezembro de 2023), superior, portanto, ao índice previsto nas Debêntures de 1,20x. Sendo assim, o ICSD está em conformidade com as determinações previstas nos contratos relativos à Emissão de Debêntures.

15 PROVISÃO PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

Para a implantação e operação da UHE Tibagi Montante, a Tibagi Energia precisa cumprir alguns requerimentos previstos no processo de licenciamento ambiental. Em 31 de dezembro de 2024, a composição do saldo segue abaixo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Medidas Compensatórias (a)	732	459
Programas Ambientais (b)	111	527
Total	<u>843</u>	<u>986</u>
Circulante	843	986

Medidas Compensatórias: Compreende gastos com atividades de (i) restauração, consubstanciada no plantio e manutenção das áreas plantadas, e/ou (ii) preservação ambiental desenvolvidas em propriedades do Grupo ou de terceiros, de modo que a primeira refere-se às ações de implantação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) em Áreas de Preservação Permanente (“APP”) e compensações ambientais, enquanto a última reflete as ações em unidades de conservação de terceiros ou da própria Tibagi Energia.

Programas Ambientais: Contempla todos os gastos afetos ao cumprimento dos programas ambientais previstos no processo de licenciamento ambiental.

A movimentação do saldo da provisão nos anos de 2024 e 2023 é apresentada nos quadros a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Liquidações</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2024</u>
Medidas compensatórias	459	708	-	(570)	135	732
Programas ambientais	527	-	(466)	(105)	155	111
Total	<u>986</u>	708	(466)	(675)	290	<u>843</u>
Passivo circulante	986					843

	<u>31/12/2022</u>	<u>Adição</u>	<u>Reversão</u>	<u>Liquidações</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2023</u>
Medidas compensatórias	844	6	-	(507)	116	459
Programas ambientais	1.102	-	(149)	(578)	152	527
Total	<u>1.946</u>	6	(149)	(1.085)	268	<u>986</u>
Passivo circulante	1.946					986

16 PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

Sua controlada Tibagi Energia possui riscos relativos a questões ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Riscos ambientais (a)	5.000	5.113
Riscos trabalhistas (b)	1.032	-
Total	<u>6.032</u>	<u>5.113</u>

(a) Cuida-se de ação judicial que versa sobre matéria ambiental em que a Tibagi Energia figura como ré e autuada. Discute-se a ocorrência de suposta irregularidade ambiental, sendo um evento de mortandade de peixes.

(b) Ações trabalhistas se referem, exclusivamente, à discussão de potencial responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas a empregados de terceiros.

17 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 8.086 (R\$ 16.086 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 67.126.517 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (em 2023 67.126.517).

Redução de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 18 de janeiro de 2023, os acionistas deliberaram pela redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 6.500, passando o mesmo de R\$ 51.176 para R\$ 44.676, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia, mantendo-se

inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social, com restituição aos acionistas de parte do valor de suas ações.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 20 de dezembro de 2023, os acionistas deliberaram pela redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 28.589 passando o mesmo de R\$ 44.676 para R\$ 16.086, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social, para absorção de prejuízos acumulados pela Companhia, nesse mesmo valor, conforme registrados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Em 21 de dezembro de 2023, os acionistas deliberaram pela redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 8.000 passando de R\$ 16.086 para R\$ 8.086, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia. Na oportunidade, restou ainda consignado que a eficácia da redução de capital estaria condicionada ao transcurso do prazo de 60 dias após a publicação da respectiva ata da assembleia (“Prazo de Oposição”). O pagamento aos acionistas da restituição de parte do valor das suas ações ocorreu em 27 de fevereiro de 2024.

(b) Reservas

Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o valor da reserva legal é de R\$ 729 (R\$ 360 em 31 de dezembro de 2023).

(c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	7.388	7.196
(-) Reserva legal 5%	(369)	(360)
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	7.019	6.836
Dividendos mínimo obrigatório - pagos (*)	(1.764)	(1.709)
Dividendos declarados adicionais - pagos (*)	(2.242)	-
Dividendos adicionais propostos	(3.013)	(5.127)

(*) A proposição de dividendos intermediários foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 17 de dezembro de 2024.

(d) Dividendos a pagar

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	1.567
Dividendos distribuídos	1.709	4.380
Dividendos pagos	-	(3.353)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>1.709</u>	<u>2.594</u>

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.709	2.594
Dividendos distribuídos	9.133	13.847
Dividendos pagos	(10.681)	(15.377)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	161	1.064

18 RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	58.068	56.035
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS	(2.120)	(2.045)
Outras deduções	(1.584)	(2.027)
	(3.704)	(4.072)
Receita líquida	54.364	51.963

19 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Serviços de terceiros	(35)	(39)
Tributos	(8)	(16)
Outras receitas e (despesas), líquidas	-	(1)
Total	(43)	(56)
Outras despesas	(43)	(56)
	Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depreciação e amortização	(6.770)	(6.571)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico) (i)	(4.745)	(4.524)
Pessoal, e administradores	(3.066)	(2.952)
Manutenção	(1.404)	(582)
Encargo de uso dos sistemas de distribuição (EUSD) (ii)	(1.136)	(1.157)
Seguros	(908)	(871)
Aquisição de energia	(612)	(77)
Serviços de terceiros	(674)	(549)
Operação	(298)	(296)
Meio Ambiente	(130)	(85)
Taxas setoriais	(20)	(17)
Tributos	(42)	(88)
Resultado na alienação de ativos	(2)	-
Outras receitas e (despesas), líquidas	305	(137)
Total	(19.502)	(17.906)
Custo das vendas de energia	(16.965)	(15.265)
Outras despesas	(2.537)	(2.641)

- (i) Repactuação do Risco Hidrológico: prêmio pago mensalmente pela Tibagi Energia à CCEE, direcionado à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeira Tarifária (“CCRBT”), em virtude da repactuação do risco hidrológico pela Tibagi Energia, tendo como base o disposto no Termo de Repactuação do Risco Hidrológico – ACR firmado pela Tibagi Energia junto à ANEEL.

- (ii) Encargo de Uso dos Sistemas de Distribuição (“EUSD”): encargo pago pela Tibagi Energia à distribuidora, na qualidade de geradora de energia, relativo ao uso do sistema de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Uso do Sistema De Distribuição (“CUSD”).

20 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras:				
Juros, atualizações sobre dívidas financeiras	-	-	(23.910)	(23.434)
Custos de transação de debêntures	-	-	(641)	(641)
IOF s/ aplicação financeira	-	-	(9)	(27)
Ajuste a valor presente sobre compromissos futuros	-	-	(290)	(268)
Taxas de administração e manutenção	-	-	(208)	(221)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)	(40)	(39)
Total	(1)	(1)	(25.098)	(24.630)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	5	207	5.396	6.130
Atualização de depósito judicial	-	-	3	3
Outras receitas financeiras	-	-	190	85
Total	5	207	5.589	6.218
Total	4	206	(19.509)	(18.412)

21 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	7.388	7.196	15.353	15.645
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(2.512)	(2.447)	(5.220)	(5319)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos da Tibagi Energia optante pelo lucro presumido	-	-	1.592	1.544
Efeito Fiscal da equivalência patrimonial de controlada	2.525	2.408	-	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	(13)	74	59	38
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(35)	(3.569)	(3.737)
Imposto de renda e contribuição social no período	-	(35)	(3.569)	(3.737)

22 RESULTADO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro básico por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro do período	7.388	7.196

<u>Ações disponíveis</u>	<u>31/12/2024</u> 67.126.517	<u>31/12/2023</u> 67.126.517
Lucro por ação básico (em R\$)	0,1101	0,1072

23 INSTRUMENTO FINANCEIROS

Gestão do Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, o Grupo avalia que o risco de exposição de suas aplicações financeiras é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, e remuneradas a taxas de mercado variando de 95,0% a 101,5% do CDI, conforme apresentado nas notas explicativas nº 5, 6 e nº 9.

Já quanto aos passivos, o Grupo está exposto às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em razão da atualização monetária prevista nos contratos da 1ª Emissão de Debêntures de sua controlada Tibagi Energia.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade do Grupo de realizar pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures, no volume, preço, e momento desejados. O Grupo mitiga o risco de liquidez a qual está exposta realizando o monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como por meio da manutenção de saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabelas do risco de liquidez

A seguir, são apresentados os passivos financeiros não derivativos do Grupo e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados do Grupo, tendo como base a data mais próxima na qual o Grupo possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de dezembro de 2024.

Consolidado	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos
Fornecedores	13	1.601	1.601	541	1.060	-
Debêntures (*)	14	243.465	398.638	13.204	13.425	372.009
Total		245.066	400.239	13.745	14.485	372.009

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal registrado na data desconsiderando os custos de transação e o ajuste a valor justo de debêntures, conforme nota explicativa nº 14.

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que o Grupo não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros do Grupo, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa	5	201	184	5.118	12.827
Aplicações financeiras	6	-	-	36.926	32.822
Conta Reserva	9	-	-	13.848	12.980
Contas a receber	7	-	-	6.922	7.832
Total		201	184	62.814	66.461
Passivos financeiros					
Mensurados ao custo amortizado:					
Fornecedores	13	10	-	1.601	1.661
Debêntures	14	-	-	243.465	244.203
Outros passivos		-	-	747	658
Total		10	-	245.813	246.522

Já no que se refere ao valor justo desses ativos e passivos financeiros, esse é calculado por meio da projeção do fluxo de caixa futuro do Grupo, tendo como base a projeção da curva da taxa de juros; na sequência, o montante é trazido a valor presente, valendo-se dos dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 31 de dezembro de 2024, ou da taxa calculada com base nas condições do pagamento do prêmio de resgate antecipado facultativo previsto na escritura de emissão de debêntures de sua Tibagi Energia Tibagi Energia, conforme o caso. Exceto pelas debêntures, cujo valor justo estimado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 221.701 (Nível 2) (R\$ 254.910 em 31 de dezembro de 2023), o valor justo dos demais ativos e passivos financeiros do Grupo é próximo do seu valor contábil.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros do Grupo e apresentado a seguir, objetivando evidenciar eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2024 (fonte Boletim Focus datado de 27 de dezembro de 2024) CDI (11,75%) e IPCA (4,90%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados seguem apresentados abaixo:

Operação	Nota	Exposição 31/12/2024	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.118	Baixa do CDI	601	451	301
Aplicação financeira	6	36.926	Baixa do CDI	4.339	3.254	2.169
Conta reserva	9	13.848	Baixa do CDI	1.627	1.220	814
Debêntures	14	243.465	Aumento do IPCA + 5,3231	24.890	31.112	37.335

Gestão do risco de capital

Considerando que o Grupo possui debêntures emitidas, está exposto ao risco de capital em virtude de sua alavancagem financeira que, embora proporcione oportunidades de retorno aos acionistas, aumenta a exposição do Grupo a possíveis oscilações nos resultados operacionais, fator que pode afetar o retorno sobre o patrimônio líquido.

Com o objetivo de mitigar essa exposição ao risco de capital, o Grupo monitora a dívida (debêntures) e seus indicadores financeiros de forma constante, bem como realiza análises de sensibilidade à

variação das taxas de juros e dos fluxos de caixa, de modo a garantir a longevidade dos negócios do Grupo e a maximização do retorno aos acionistas.

Um dos mecanismos de monitoramento utilizado pelo Grupo é o índice de alavancagem financeira, que corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total, em que o endividamento líquido é equivalente ao saldo total das debêntures (incluindo o pagamento das parcelas no curto e no longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa; e o capital total é apurado através da soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido, excluídos os custos de capitação.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024, comparados àqueles obtidos em 31 de dezembro de 2023, são:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota explicativa nº 14)	243.465	244.203
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa nº 5, 6 e 9)	(55.892)	(58.629)
Total de caixa e equivalentes de caixa e dívida, líquido (a)	187.573	185.574
Total do patrimônio líquido	14.965	25.028
Total do capital (b)	202.538	210.602
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	93%	88%

24 COBERTURA DE SEGURO (CONSOLIDADO)

Seguro "Directors & Officers" ("D&O")

Sua Tibagi Energia Tibagi Energia renovou a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2025, mantendo a cobertura no montante de R\$ 70.000 (sendo a cobertura compartilhada em apólice única com outras Companhias do mesmo grupo econômico).

Seguro de responsabilidade civil

Sua Tibagi Energia Tibagi Energia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$ 80.000, com vigência até 04 de outubro de 2025, para cobertura das quantias que vier a ser responsável civilmente, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, decisão em juízo arbitral, ou em acordo autorizado de modo expresso pela seguradora, relativas às reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência da apólice e que decorram de riscos por ela cobertos.

Seguro de riscos operacionais

Sua Tibagi Energia Tibagi Energia renovou, com vigência até 04 de outubro de 2025, o seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, com cobertura no montante de até R\$ 392.557.

25 TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA (CONSOLIDADO)

	31/12/2024	31/12/2023
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	(466)	(149)
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	708	6

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de fornecedores	17	-
Adição provisão para obrigações vinculadas a concessão em contrapartida à rubrica ativo intangível	445	-
Compensação de Imposto de Renda e Contribuição Social com IRPJ e CSLL	1.076	873

26 EVENTOS SUBSEQUENTES (CONSOLIDADO)

Em 21 de janeiro de 2025, foi publicada pelo Ministério de Minas e Energia a Portaria SNTEP/MME nº 2.893/2025, alterando o montante de garantia física de energia da UHE Tibagi Montante de 21,00 MW médios para 21,88 MW médios, representando, por tanto, incremento no lastro de comercialização de 0,88MW médios.

27 AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

O Conselho de Administração do Grupo autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em 16 e abril de 2025.

Composição da Diretoria

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Diretor

Contadora

Aline Aparecida Vieira Barros
CRC: MG-122564/O-5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2024

A Administração da HIDROPAR – Hidroenergia Participações S.A. (“Companhia”), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembleia Geral Ordinária, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia foi constituída em 29 de novembro de 2016, tendo como objeto social, direta ou indiretamente, a geração, a comercialização e a distribuição de energia elétrica, incluindo toda e qualquer atividade relacionada ao desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção, administração de centrais hidrelétricas, bem como a participação e investimentos em centrais hidrelétricas.

Atualmente seu foco está concentrado na gestão da sua participação societária, equivalente à 100% do capital social da Tibagi Participações e Investimentos S.A. que, por sua vez, é detentora de 68,94% do capital social da Tibagi Energia SPE S.A. (“Tibagi Energia”), titular de autorização emitida pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) em 20 de outubro de 2015, para explorar o potencial hidrelétrico da UHE Tibagi Montante, nos termos da Portaria MME nº 486/2015, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos.

A Tibagi Energia, por sua vez, firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”) no âmbito do Leilão 03/2015 (Leilão A-5), com início de suprimento de 19 MW médios no ano de 2020, e Leilão nº04/2019 (Leilão A-6) da ANEEL com início de suprimento de 1,2MW médios no ano de 2025.

Cumprir destacar que, no exercício de 2024, a Companhia registrou lucro de R\$ 7,388 milhões, contra R\$ 7,195 milhões apurados no exercício de 2023.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos acionistas e fornecedores, que contribuíram para o êxito das atividades da Companhia ao longo do exercício social de 2024.

São Paulo, 31 de dezembro de 2024.

A Administração.